"O COLAPSO DO SPI" NA FORMAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: COMPARAÇÕES ENTRE RONDÔNIA E RORAIMA

Eliaquim Timóteo da Cunha
1. Professor IFRR, e-mail: eliaquim.cunha@ifrr.edu.br

Recebido em: 01/03/2023 Aceito em: 30/03/2023

RESUMO: Esta proposição, objetiva-se discutir, de forma inicial, a presença das políticas indigenistas estabelecidas pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI no processo de formação de Roraima e Rondônia. É estabelecido um diálogo entre a Antropologia Social e a Historiografia; a leitura é realizada a partir dos documentos elaborados pelos agentes indigenistas. Esse material encontra-se no Núcleo de Biblioteca e Arquivo – NUBARQ do Museu do Índio/FUNAI. Para estudar a atuação do SPI nessas duas regiões, é preciso ter claro que as atividades da Inspetoria Regional do estado do Amazonas e Território do Acre administrou os territórios que correspondem aos atuais estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. O recorte histórico dá-se na década de 1940, tendo em vista as reformas realizadas no SPI e a construção dos Territórios Federais. Com tal discussão, um dos pontos centrais é descrever como os conhecimentos construídos pelas atividades indigenistas tiveram participação na formação dos territórios reconhecidos hoje como Roraima e Rondônia. Destarte, destaca-se a noção de "escrita da tutela indigenista", construída com o intuito de problematizar a construção das cartografias sociais promovidas pelo SPI, bem como o seu sistema de classificação, denominando as populações indígenas com atividades nas quais a autoridade e o poder de manipular a ocupação territorial estavam calcados nas políticas de expansão das fronteiras na formação do Brasil.

Palavras-chave: Política indigenista, Rondônia, Roraima; Serviço de Proteção aos Índios.

INTRODUÇÃO

Nas próximas páginas, registro a formulação de uma problemática específica que se refere ao estudo comparativo entre a formação de Rondônia e Roraima. Para estudar a formação desses territórios, que pertencem à federação brasileira, considero as ações indigenistas como um dos elementos estruturantes das reformas nas ocupações territoriais direcionadas à Amazônia Legal durante o século XX. Neste primeiro momento, na elaboração da proposta, seleciono as reformas administrativas realizadas no início da década de 1940. Dessa forma, a descrição e a análise dos fenômenos discutidos neste texto, em grande parte, são baseadas no relatório das atividades realizadas em 1940 e 1941 pela Primeira Inspetoria Regional do estado do Amazonas e Território Federal do Acre vinculada ao Serviço de Proteção aos Índios - SPI, instituição que exerceu suas funções entre 1910 e 1967. A abrangência territorial dessa Inspetoria corresponde aos atuais estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

Quais elementos possibilitam a comparação entre a formação de Rondônia e Roraima? É sabido que, para um estudo comparativo, é possível seguir diferentes abordagens, destacando semelhanças ou diferenças entre os materiais de estudo. Nesta

oportunidade, apresentarei uma breve descrição sobre a produção de alteridades entre as categorias de índios e civilizados nas atividades das organizações realizadas pelos agentes indigenistas do SPI. A escolha de tomar o SPI como ponto de partida se dá pela sincronia das ações indigenistas inseridas nas reformulações estatais dos primeiros quinquênios da década de 1940 - que foram as iniciais para reestruturação dos aparelhos de Estado na ditadura de Getúlio Vargas. O que é pertinente nesses primeiros passos são, simultaneamente, as semelhanças e as diferenças das políticas indigenistas nas transformações territoriais executadas em cada um dos polos em estudo.

MATERIAL E MÉTODO

Sobre a reforma no SPI em 1940

O projeto político de redefinir o lugar do indígena "no destino da nação brasileira" esteve repleto de introjeção da poética nacionalista republicana. Essas práticas e discursos foram peças-chave para a construção de unidades sociais e, claro, para a construção de fronteiras, tanto físicas quanto culturais. Nessas diferentes figurações, podemos questionar qual o lugar do indígena nessa formação, pois aquelas mudanças são frutos de práticas e representações do indigenismo e seus dispositivos. Por exemplo, o SPI esteve subordinado a diferentes Ministérios nos seus primeiros vinte anos, tendo integrado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Entre 1930 e 1934, esteve no quadro do Ministério do Trabalho. Em meados dos anos 1930 (1934 a 1939), ficou vinculado à Inspetoria de Fronteiras no Ministério da Guerra[1]. Na década de 1940, retornou ao reformulado Ministério da Agricultura e, ainda naquela década, passou a compor o Ministério do Interior (Brasil, 1918, 1930, 1934, 1939, 1940). Ter em vista essas diferentes passagens ajuda a compreender os momentos de intensificação ou diminuição da atuação do SPI em determinadas regiões, pois estava fortemente ligada à organização orçamentária do Ministério que compunha.

Histórias e políticas indígenas repensando a formação do Brasil

A trajetória de Cassupá me levou a discutir o SPI em minha pesquisa de mestrado e a reformulação do projeto inicial. De maneira resumida, a trajetória desse grupo se destaca a partir dos seguintes aspectos: as grandes transformações tiveram início na década de 1940, quando famílias da etnia Massacá e Aikanã estabeleceram contato com equipes do SPI.

[1] DECRETO Nº 24.700, de 12 de Julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Proteção aos índios e dá outras providências.

Desde então, algumas dessas famílias iniciaram um longo percurso, saindo da região sul de Rondônia próximo ao que hoje é o município de Chupinguaia, indo em direção ao norte e estabelecendo-se nos Postos Indígenas. Elas percorreram os rios Guaporé e Mamoré, que são demarcações fronteiriças entre o Brasil e a Bolívia, contexto no qual se registra a participação desses povos em diferentes intensidades nas ações indigenistas.

Nessa conjuntura, conviviam com agentes do SPI, elites regionais e empreendimentos particulares para exploração e comercialização de recursos naturais, como látex, guaraná, pescados, gado e madeira, entre outros investimentos que invadiam territórios indígenas e, em variadas proporções, utilizavam mão de obra indígena. À época, segundo dizem os interlocutores de Cassupá, as famílias que acompanhavam as frentes de contato eram reconhecidas como Aikanã[2], embora com diferentes denominações, contribuindo assim para a associação desses grupos a outros que povoavam os terrenos em questão e, de certa forma, contribuindo para o apagamento histórico de sua presença nesses contextos.

A geração que nasceu nesse percurso, entre 1940 e 1970, passou a ser identificada com o etnônimo Cassupá. De acordo com os relatos dos interlocutores, bem como registros dos documentos e materiais bibliográficos disponíveis, sabe-se que a origem do etnônimo Cassupá remete aos tempos em que algumas dessas famílias deslocadas estiveram na região de Guajará-Mirim, sendo tratados por bolivianos, habitantes da margem esquerda do rio Guaporé, por tal referência. Outra versão para a origem do uso do etnônimo remete ao nome de um líder do grupo, que paulatinamente passou a compor os nomes daqueles que se identificavam como tal (Maciel, 2000) e (Timóteo da Cunha, 2012, 2014, 2016).

Desde a década de 1970, acompanhando a FUNAI, o grupo passou a viver na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia. No contexto urbano, sem possibilidades de manter o cultivo de suas roças, passaram a trabalhar como auxiliares de serviços gerais, eletricistas, pedreiros, domésticas, entre outros.

Na década de 1990, foi construído o cenário em que os documentos, atas de assembleias, memorandos e ofícios são atores dirigidos pelas perspectivas indígenas, sendo readequados no bojo de suas reivindicações. A Organização OPICS foi criada pelos Cassupá em 1995 como recurso para expressar suas reivindicações e ter acesso aos direitos

[2] Na literatura consultada são encontradas várias denominações para os Aikanã. (Rondon, 1953) os chamou de Massaká, (Ayron, 1986) afirma que os Aikanã, são "[…] conhecido [s] como Tubarão […] Huarí e Massaká", mais adiante acrescenta que, "[…] têm sido chamados também de Cassupá e Mundé […]" (1986, p. 94). De acordo com a revista (Panewa, 2002), em 1916 o Marechal Rondon conheceu os Aikanã com o nome de Malotudú usado pelos Nambikwara. Outro registro é de (Anonby, 2009) onde, segundo o autor, esses índios podem ser conhecidos como: Cassupá, Kukupa, Corumbiara, Kolumbiara, Winzankyi, Uari, e Wari. Deve-se tomar cuidado para não confundir com os *Wari`*, grupo estudado por Aparecida Vilaça. De acordo com a autora, os Wari` pertencem à família *Txapakura* (Vilaça, 2006: p. 29).

indígenas. Nesse processo, construíram um arcabouço de materiais, documentos produzidos pelas instituições governamentais e histórias de vida, para embasar suas reivindicações étnicas.

No processo reivindicatório, nos últimos três anos, está em tramitação uma ação participante entre Santo Antônio UHE, FUNAI e Ministério do Meio Ambiente, com o intuito de contemplar os Cassupá com obras de compensação devido às barragens da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, com o "Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamãi, na área de influência da UHE Santo Antônio Porto Velho, Rondônia". Tal ação oficializou para o grupo uma área no perímetro urbano, cerca de 5 hectares. Esse resultado ficou muito distante das reivindicações de uma Terra Indígena como era exigido desde o início da OPICS. (Processo IBAMA 02001.00508/2008-99; processo FUNAI: 08620.00550/2006) e Ferreira e Simão (2012).

O trabalho "A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá" (Maciel, 2000) apresenta oito histórias de vida: Maria Tadeu Aikanã, José Ribeiro Aikanã, Maria Luíza Aikanã, Severino Cassupá, Maria Luíza Cassupá, Maria Lúcia Cassupá, Clóvis Cassupá e João Massaká. Vale sublinhar que a pesquisadora Márcia Maciel acompanhou Clóvis Cassupá no período em que visitou vários de seus parentes quando ele apresentava propostas para ser eleito ao cargo da presidência da OPICS, entre 1998 e 2000. Concomitantemente a essas atividades de campanha, com o apoio da pesquisadora, disse que estava à procura dos "mais velhos, para conhecer a história do povo Cassupá" (Clóvis Cassupá, 2000: p. 95). Nesse contexto, entende-se o conteúdo que forma as histórias de vida, que se dedicam a comprovar/confirmar que os Cassupá são realmente "índios brasileiros". Dessa forma, com base nas histórias de vida presentes em Maciel (2000), organizo o conjunto de reivindicações étnicas, questionamentos e explicações presentes narrativas indígenas, sob a noção de "narrar Cassupá" (Timóteo da Cunha, 2014, 2016)[3].

[3] Liderança indígena que faleceu no ano de 2014 em decorrência de um câncer.

Partindo da perspectiva do "narrar Cassupá[4]", constrói-se uma trajetória do grupo, em seus próprios termos, destacando os eventos que foram precursores nas transformações que vivenciaram. Tais eventos foram reunidos sob a nomenclatura de "marcadores de mudanças sociais" (Timóteo da Cunha, 2014, 2016). Os marcadores mais significativos são: o convívio com o SPI, a mudança para a cidade, a criação da Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamãi - OPICS, e o programa de mitigação promovido pela Hidrelétrica Santo Antônio Energia. A partir dessa trajetória, encontram-se indicações para uma diversidade de projetos políticos indutores de mudanças sociais que corroboraram para as delimitações territoriais e fronteiras culturais que formam Rondônia.

O início da pesquisa documental foi realizado no acervo do Núcleo de Biblioteca e Arquivo – NUBARQ[5] do Museu do Índio/FUNAI, localizado no Rio de Janeiro[6]. O "fundo SPI", como é identificado pelo Núcleo, está organizado conforme as Inspetorias Regionais acompanhando a última estrutura administrativa do SPI. O material foi digitalizado e armazenado em CD`s (*compact disc*) no formato de imagem[7], facilitando a leitura do material, tendo em vista que há poucos anos a leitura só era possível no local[8].

RESULTADOS E DISCUSSÃO

[4] Considero esse *narrar* como uma prática discursiva proporcionando a problematização que diz respeito as mudanças sociais induzidas e sobre modalidades das políticas indigenistas realizadas no século XX e XXI; trata-se do conjunto de argumentações das reivindicações étnicas dos Cassupá. Cabe discutir a composição do *narrar Cassupá* e debater de quais formas documentos estatais, trabalhos científicos, mitos e explicações históricas compõem a razão argumentativa que embasa essa reivindicação étnica. É um processo reflexivo com e a partir das experiências dos indígenas sobre as práticas indigenistas. Problematizando o lugar das instituições estatais nas memórias indígenas, proponho pensar as práticas indigenistas concomitantemente sob outras perspectivas além do aparato documental elaborado pela própria agência indigenista. Outro conjunto de materiais que compõem o *narrar Cassupá*, são atas e ofícios emitidos e recebidos pela OPICS. Essas atas estão guardadas no CIMI, em Porto Velho, o Conselho foi parceiro nos primeiros passos da OPICS auxiliando na realização das reuniões e nesses registros. Naquele pequeno acervo, encontrei também trechos de relatórios da FUNAI e do INCRA, referente aos Cassupá. Esses trechos de relatórios estavam anexados às respostas, dadas por essas agências, sobre os questionamentos e reivindicações do grupo Cassupá quanto ao acesso dos seus direitos.

[5] O acervo é composto de 195.737 documentos textuais (795.602 páginas), 519 desenhos originais, 87 impressos aquarelados, 14.766 negativos fotográficos de 35 mm, 4.066 negativos fotográficos 6x6 cm, e 3.432 fotografias, além de 23 filmes cinematográficos de 35 mm e um de 16 mm.

[6] No período, de março a junho de 2014, realizei as consultas ao Acervo. Tive o apoio por meio do projeto Ação Transversal Nº 06/2011 – Casadinho/Procad, parceria entre o PPGAS/UFAM e PPGAS-MN/UFRJ. Foram realizadas atividades de missão de estudos, participei dos cursos Antropologia e Ética, ministrado pelo professor João Pacheco de Oliveira Filho e Antropologia dos processos de formação de Estado. Políticas Governamentais e Direitos Diferenciados. Políticas culturais para a diversidade (patrimônio inclusive) e políticas indigenistas, ministrado pelo professor Antonio Carlos de Souza Lima.

[7] *TIFF* (*Tagged Image File Format*) é um formato de imagem popular entre profissionais, por ser muito bom para edição e impressão. Por ter uma baixa ou quase nenhuma compressão, a imagem não perde em detalhes.

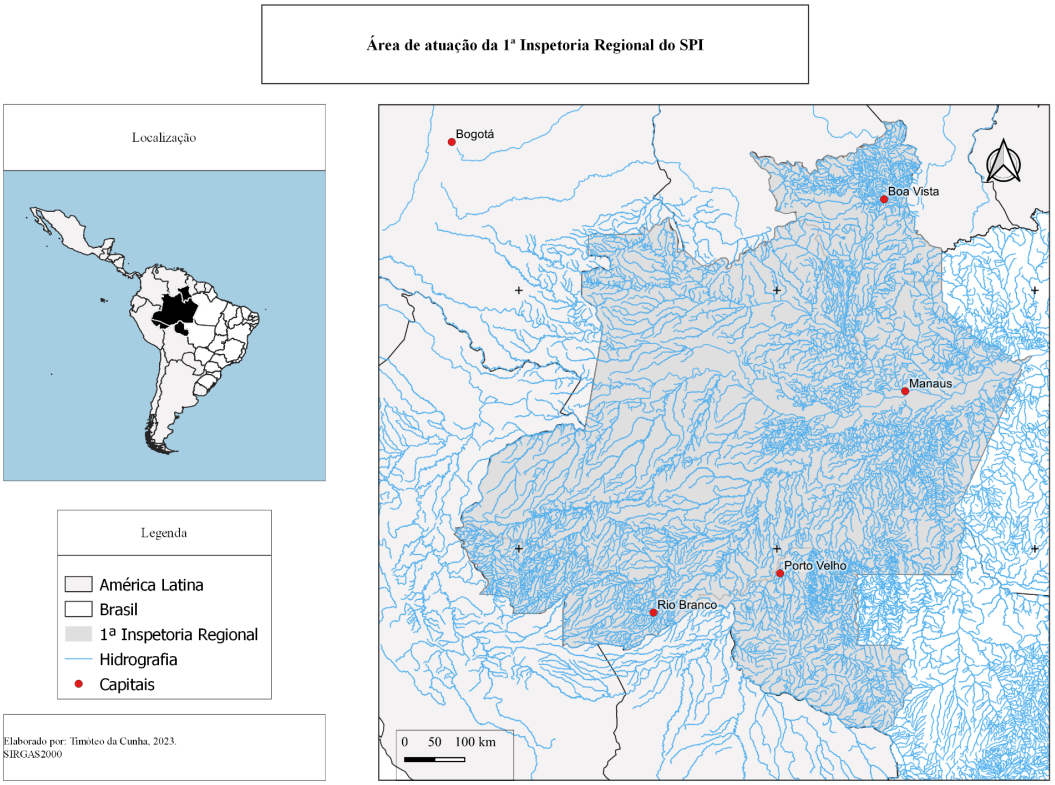
[8] Trata-se de um conjunto diversificado de documentos, escrito por vários funcionários e com diferentes níveis de experiência das políticas indigenistas; telegramas, relatórios anuais das Inspetorias, relatórios mensais de Postos Indígenas, boletins internos, inquéritos, relatórios de expedições, cartas cartográficas e *croquis*, entre outros que serão detalhados mais adiante. Destaque aos documentos produzidos pelos agentes de Estado nos relatórios dos Ministérios nos quais o SPI esteve durante sua existência.

A Inspetoria do Amazonas e do Território do Acre tinha como Inspetor o Major Carlos Eugenio Chauvin. O relatório de atividades elaborado por Chauvin nos anos de 1940 e 1941, intitulado "O Relatório produzido por Carlos Eugenio Chauvin sobre as atividades da IR-1 nos anos de 1940 e 1941", encontra-se nos Microfilmes 034_0005 a 034_00290 do acervo NUBARQ/SPI. Nesse relatório, Chauvin apresentou a trajetória da Inspetoria em três momentos, comparando cada um deles. Os relatórios das Inspetorias eram produzidos anualmente a partir dos registros elaborados pelos encarregados dos Postos Indígenas sob a responsabilidade de sua respectiva Inspetoria. No entanto, muitos encarregados não cumpriam com a elaboração desses relatórios, o que resultava na falta de informações sobre algumas Unidades.

O primeiro momento destacado por Carlos Eugenio Chauvin, em seu relatório de 1940, marca os primeiros vinte anos do SPI (1910-1930), tendo na década de 1920 o auge de sua atuação. Grande parte desse período, a chefia da Inspetoria esteve sob a responsabilidade de Bento Martins Pereira de Lemos[9], entre os anos de 1916 a 1932. O segundo momento, entre 1934 a 1939, o SPI esteve vinculado ao Ministério da Guerra[12]. Chauvin denomina esse período como "o colapso do SPI", e afirma que" […] com o colapso do serviço, as posses indígenas foram invadidas, demarcadas por civilizados, concedidas por título definitivo a particulares, restando à atual inspetoria o problema áspero das reivindicações" (CHAUVIN, 1942). Essa categoria, como será discutida mais adiante, "o colapso do SPI", foi utilizada em vários relatórios por diferentes agentes indigenistas. O terceiro momento destacado por Chauvin foi o projeto de revitalização de várias unidades, com inúmeras expedições produzindo relatórios das condições dos Postos Indígenas pertencentes àquela Inspetoria. Lembrando que o território sob jurisdição da IR 1 corresponde ao que hoje são os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. (Ver Mapa da Área de atuação da 1ª Inspetoria Regional do SPI).

[9] As pesquisas de (FREIRE, 2007), (MELO, 2007) e (SANTOS, Ana. 2009) fazem uma leitura sobre a gestão de Bento de Lemos que durou 16 anos à frente da IR 1.

FIGURA 1: Mapa da Área de atuação da 1ª Inspetoria Regional do SPI



Fonte: O autor, 2023.

Chauvin iniciou sua gestão como Inspetor em 1939 e exerceu o cargo até março de 1942, quando faleceu. Dou início a descrição dessa administração pela nota de falecimento, pois ela traz um resumo do percurso realizado por Chauvin dentro do SPI, além de alguns episódios vividos pelo indigenista em parceria com Cândido Rondon e Vicente de Paulo Vasconcelos. A nota foi publicada no Boletim Interno em março de 1942:

> Comunicamos a triste ocorrência a todos os departamentos deste Serviço e de todos recebemos as condolências pelo golpe que atingiu a um antigo servidor da I.F [Inspeção de Fronteira] e do S.P.I., desde a sua reorganização no Ministério da Agricultura, a sua digna família. Como justa homenagem ao nosso companheiro objetivamente desaparecido, fazemos transcrever neste boletim a manifestação do Sr. General Candido Rondon, Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, na 1ª reunião do dito conselho, após o recebimento da infausta notícia: 'Infelizmente, acabamos de receber de Manaus, a infausta comunicação do falecimento de mais um dos nossos companheiros de labuta no Serviço de Proteção aos Índios. Desta vez é o Chefe da Inspetoria de Manaus, o Major Eugenio Chauvin, quem nos deixa em meio a reorganização dos serviços da

> Inspetoria na vastidão do Território por que se estende, compreendendo o Estado do Amazonas e o Território [sic] do Acre, quase a quarta parte da superfície do Brasil. Apresar da idade avançada, possuía o Major Chauvin uma atividade relativamente capaz de abranger todas as providencias indispensáveis a reconstituir os serviços da Inspetoria, há dez anos quase que abandonados. E deu provas exuberantes dessa atividade e do entusiasmo pelo desempenho do dever que lhe foi confiado pela Diretoria do S.P.I., montando a aparelhagem administrativa para entender a tão vasto labor. Após a reorganização da secretaria da Inspetoria, meteu mãos a preparação da esquadrilha de motores e batelões com que teria de articular todo o serviço em moldes novos, de acordo com as instruções da Diretoria, atravez das sub-bacias do Rio Branco, Rio Negro, Purus, Madeira, Xingú e Tapajoz e no próprio rio Amazonas. E o fez com tal ardor que, dentro do primeiro ano da sua administração, a Diretoria pôde receber o resultado do seu ardor cívico e administrativo no relatório em que esses labores vinha precisamente mencionados. Foi no curto espaço de tempo em que operou, na Inspetoria do Amazonas, um esperançoso servidor do S.P.I., que, com a sua transformação subjetiva, perde um dedicado colaborador, como estou certo, confirmará o nosso distinto colega Diretor do S.P.I., Coronel Vicente de Paulo Vasconcelos. (RONDON, Boletim Interno. Nº 5, 1942).

No mesmo Boletim, Rondon continua dando mais detalhes sobre a trajetória de Chauvin:

> O Major Carlos Chauvin serviu sob minha direção na inspeção de fronteiras de 1933 a 1936. Primeiramente no escritório central da antiga Comissão Telegráfica, colaborando na construção das 13 cartas de fronteiras, que a I. F., organizou, como resultado da inspeção efetuada de 1927 a 1930, de todas as fronteiras do Brasil, desde a foz do Rio Oiaopque até as cabeceiras do Periguaçú e alto Rio Uruguai, serviço interrompido, quase ao terminar, pela revolução de 1930. Quando designado para presidir a Comissão Mixta Perú-Colombia, ainda com a responsabilidades da
> I.F. escolhi aquele saudoso companheiro para me acompanhar e se encarregar de serviços da fronteira de Tabatinga [Amazonas], afim de concluir o projeto que eu havia concebido, sobre a nacionalização daquela raia brasileira com a Colombia e o Perú. Prestou, pois o Major Chauvin bons serviços no S.P.I., e na I.F. como técnico, em sua especialidade de astrônomo. Neste momento de dor da Familia e lamentos dos companheiros que o perderam na Inspetoria de que era digno Chefe, julgo de meu dever como seu amigo e companheiro de trabalho, propor a este Conselho a suspensão da sessão como homenagem ao servidor que falece no afan do cumprimento do dever". (RONDON, Boletim Interno. Nº 5, 1942).

No seu último cargo, Chauvin integrou a equipe que reformaria o SPI, com o intuito de retomar o controle dos Postos Indígenas, que naquele momento se encontravam em condições precárias de material e pessoal, comparadas aos períodos anteriores. O relatório elaborado por Chauvin está dividido em quatorze tópicos: "Postos Indígenas", "Demarcações de posses indígenas", "Tribos indígenas", "Serviço de navegação", "Serviço de transmissões", "Lanchas Amazonina e Guajaratuba", "O caso do Xiriri", "Consórcio do guaraná", "Posto de Mahaua, no Juaaperi", "Terras reservadas para índios", "Expediente da Inspetoria", "Renda dos postos indígenas" e "Diversos assuntos". O tema recorrente nos três períodos de atuação da Inspetoria, dividido por Chauvin, são os conflitos pela garantia da

posse de terras e exploração dos recursos naturais, tais como minério, borracha, castanha, guaraná, extração de madeira e uso da mão de obra indígena[10].

Por conseguinte, a argumentação, tratando especificamente desse material citado, procurava comprovar que a presença indígena em determinadas áreas em litígio é anterior à chegada dos "civilizados". Para esse fim, o Inspetor cita os relatórios das atividades realizadas na década de 1920, indicando várias expedições que documentam a presença indígena nos tópicos "Demarcações de posses indígenas" e "Terras reservadas para índios"; destacando o caso dos Pirahã no rio Maicy. O trabalho de doutoramento de Santos (2009) é uma pesquisa identificou esses eventos, discutindo sobre "construções sociais e históricas, fronteiras étnicas e territoriais" dando atenção à região dos Autazes na década de 1920.

Além dos relatórios de seus antecessores na chefia da Inspetoria, Chauvin baseou sua reorganização nos relatos das expedições realizadas em 1941 pelos Ajudantes Francisco Pereira Barroncas (com expedição direcionada à Ajudância do Rio Madeira), Sebastião Moacyr de Xerez (com expedições dedicadas à Ajudância do Rio Negro), José Mello Fiuza (com expedição efetuada na Ajudância do Rio Branco) e o próprio Inspetor realizou uma pequena expedição nas proximidades de Manaus. Dessas empreitadas, a principal é a expedição de Barroncas. Essas atividades tinham por finalidade registrar as condições em que se encontravam as unidades de atuação da agência indigenista. As Ajudâncias não tinham funções administrativas, eram unidades auxiliares nas divisões geográficas das atuações de cada Inspetoria Regional.

Os relatórios dessas expedições são exemplos das oportunidades que alguns agentes tinham para realizar uma reflexão sobre o indigenismo do SPI. Um exemplo desse tema é descrito por Barroncas na região do Posto Indígena "Antonio Paulo", localizado nas bacias do rio Marmelos e do rio Aripuanã:

> A reivindicação das terras de castanhas para os índios é um dos pontos, talvez o mais importante dos que se decretam em nossos trabalhos, por se tratar de um direito de reivindicação, líquido e certo, desde as leis pombalinas as do patriarca José Bonifácio e, assim, sucessivamente até alcançar os presentes decretos recenassinados pelo Sr. Presidente da República, os quais deram origem a recente reorganização do SPI, cujos princípios vieram sendo sempre quebrantados pela ação dos que se tem constituído inimigos dos selvícolas, embarcando-lhe as terras em que sempre viveram. […]. Tomadas na devida consideração pela importância capital que para os índios representa a posse dos castanhais de onde iram os meios de subsistência, por serem os mais compatíveis com suas aptidões de trabalho, é verdadeiramente desumano esse golpe de seus direitos. Assim,

[10] O Relatório produzido por Carlos Eugenio Chauvin, sobre as atividades da IR – 1 nos anos de 1940 e 1941, encontra-se nos Microfilmes 034_0005 a 034_00290. Acervo NUBARQ/SPI.

> hoje mourejam pelas margens do Madeira, Autazes e outros rios, as tribos já pacificadas, na dependência dos poucos proprietários das imensas áreas de terras outrora por eles ocupadas e de preferência sobre as dos castanhais ou de outras fontes de produção natural de realçado valor econômico. (BARRONCAS, 1941: p. 28).

Chauvin utilizou o adjetivo "atmosfera de hostilidade" para descrever o cenário em questão. Esse material, além de servir como suporte para compreender a construção da Nona Inspetoria Regional e, consequentemente, apontar a formação de Rondônia, também proporciona uma discussão sobre a reflexividade da tutela indigenista e as classificações que estruturavam as políticas do Serviço de Proteção. Os registros detalhados dessas expedições corroboraram para que Chauvin descrevesse as maiores dificuldades de efetivar as políticas indigenistas. Como ele escreveu em seu relatório de 1942:

> Essa atmosfera de hostilidade ao Serviço arrasta, muitas vezes, no seu turbilhão, o próprio serventuário. Não raras vezes as hostilidades partem daqueles que estão incluidos no número dos que são estipendiados pelo governo, o que torna a escolha e a manutenção de um quadro de serventuários dificil e complicada. Daí a necessidade de continuas substituições e remoções, de uma fiscalisação acurada de todas as atividades em prol do serviço, o que provoca intrigas, ameaças, calúnias, principalmente contra aqueles que mais se preocupam com o cumprimento do regulamento e que são os que continuamente são atingidos pelas denûncias anônimas, ou firmadas por inrresponsaveis, pelas queixas, pelas representações, uma vez que se não amoldem a fechar os olhos as especulações e explorações contra índios aldeiados ou não (CHAUVIN, 1942: p. 3. Mantive a grafia da época).

As categorias de ameaças, protegidos e protetores contribuem para a compreensão da leitura destas conjunturas. A atmosfera hostil indicada por Chauvin era formada por vários grupos em atuação. O Inspetor acrescenta, com o objetivo de diferenciar entre as ameaças e os protetores: "[…] é que não compreendem, nem podem compreender as concepções altruístas convertidas em lei em nossos regulamentos. Imbuídos de preconceitos raciais […]" (CHAUVIN, 1942: p. 45). Esses grupos incluem, por exemplo, regatões, seringueiros, garimpeiros e missionários, que se opunham às políticas indigenistas, conforme descrito na citação acima. Além disso, em determinados contextos, os próprios agentes indigenistas tornavam-se obstáculos para a execução das políticas indigenistas. Chauvin descreve o interesse desse grupo como sendo a destruição do Serviço:

> O Serviço de Proteção aos Índios é um dos Serviços públicos mais complexos que elaboram as atividades da Administração do Brasil, pelo combate acérrimo que vem sofrendo continuamente de todos os exploradores do trabalho indígena,

> começando no humilde regatão que percorre as aldeias em comercio de troca ou de permuta, culminando na exploração do missionário que, na melhor das hipoteses, incorre na crítica ponderada e otimista do Sr. General Boanerges Lopes de Souza em uma exposição dirigida ao Sr. Ministro da Guerra. […]. Regatões, seringueiros, garimpeiros, caucheiros, missionários, não podem esconder o interesse que tem na destruição do Serviço, destruição que lhes deixaria o campo livre para se apoderarem do pouco que ainda resta, apezar do preço mínimo da borracha, da balata ou da castanha e de estar o índio encurralado nos altos e nas cabeceiras. (CHAUVIN, 1942: p. 1-2. Mantive a grafia da época).

Para Chauvin, esses "inimigos dos selvícolas" não compreendiam a missão do SPI. Para alguns que estavam inseridos nesses grupos, as atividades de "atrair" e "nacionalizar" "[...] transformam-no [o índio] em máquina produtora barata de produtos florestais, subalimentado, mantido na mais negra das misérias" (CHAUVIN, 1942: p. 45). Em outro trecho do relatório, o Inspetor afirma: "[...] penso que somente o SPI compete a tais expedições de pacificação ou de atração, não divulgando a menor vantagem para os nossos índios em serem atraídos para levarem finalmente uma vida miserável de escravos" (CHAUVIN, 1942: p. 55). Sobre esses pontos, percebe-se a necessidade de marcar claramente a ação do SPI e a exclusividade da autoridade nas intervenções junto aos povos indígenas por intermédio dos agentes indigenistas.

Ainda no campo das ameaças, havia outro grupo que se caracterizava pelas solicitações de intervenções sob a responsabilidade do SPI. Entretanto, essas solicitações tinham como argumentação que os povos indígenas eram entraves para o desenvolvimento da região. Em certa medida, legitimavam o Serviço, mas cobravam ações mais eficazes no sentido de liberar a terra das "invasões" feitas pelos indígenas. A Inspetoria recebia solicitações de auxílio no período das safras de castanha e também recebia ofertas de voluntários para a "pacificação".

> "[…] como da chusma (sic) de indivíduos que diariamente se apresentavam a Inspetoria solicitando o encargo de delegado de índios, nas zonas de pau-rosa, de guaraná, e de castanha e de outros produtos, mantenho a necessária distância e a não ser, por ordem superior, dar-lhes-ei o menor apoio. O mesmo procedimento tenho para os que comunicam haver pacificado várias tribus, enviando, em geral, a conta das despezas, com risco de vida. Assim, a 20 de abril recebi a comunicação de um pacificador espontâneo que havia nos meses de fevereiro e março, pacificado os Taihuanis e Matanauis além dos Diarrhus em seu poder. Afirmava ter sido um incansavel em favor da Pátria e reclamava o pagamento das despezas de pacificação […]. Outros, mais acreditaveis, pedem apenas ligeiro auxílio e são francos, positivos. Dizem a verdade. Procuram os índios para facilitar-lhes a colheita de copahiba ou de outros produtos naturais. […]. (CHAUVIN, 1942: p. 46. Mantive a grafia da época).

Na citação acima, encontra-se a distinção entre dois grupos que propunham pacificar de forma espontânea, como afirmou o Inspetor. Esse adjetivo "espontâneo" refere-se às pessoas que se disponibilizavam a realizar atividades de aproximação junto aos povos indígenas de forma independente do SPI ou mesmo solicitavam cargos dentro da agência indigenista. O aspecto que diferencia esses grupos daqueles outros que faziam acusações sobre o SPI é o fato de solicitarem intervenções do SPI. No entanto, a intenção era obter uma área livre dos indígenas para que as atividades de exploração dos recursos fossem feitas de maneira mais segura, sem "índios arredios" por perto. Um exemplo é a elaboração de um abaixo-assinado contra o SPI feito por moradores de Humaitá; Chauvin registra que tal ato se deu em decorrência do impedimento dos referidos requerentes de explorarem castanhais na região onde havia presença de grupos Cawahib.

Continuando o breve panorama da conjuntura da Primeira Inspetoria, é possível apontar as mudanças no quadro administrativo, que no relatório ministerial de 1942 era formado por sete Ajudâncias. A primeira delas era denominada "Território do Acre" e as demais Ajudâncias eram denominadas de acordo com as divisões geográficas seguindo os rios Madeira e Jamary, Purus, Juruá, Negro e Branco. Naquele ano, a Inspetoria era formada por treze Postos Indígenas. Já no ano seguinte, em 1943, as Ajudâncias, formadas pelos respectivos Postos, eram: Ajudância Solimões e Juruá (Alto Embira, Rio Gregório e Ticunas), Ajudância Purus (Marienê e Manauacá), Ajudância Madeira (Ricardo Franco, Antonio Paulo, Ipixuna, Manoel Miranda e Rodolfo Miranda), Ajudância Rio Branco (Uauaperis, Fazenda Nacional de São Marcos, Sanatório General Rondon, Lobo de Almada e Surumú) e Ajudância Rio Negro (Querari, Melo Franco, Cucuí e Tiquié), somando-se dezenove Postos. Portanto, houve um acréscimo de seis Postos no intervalo de um ano na Inspetoria.

Em todas essas regiões, são relatados conflitos e invasões às terras destinadas aos povos indígenas. Esse é um dos aspectos paradoxais da tutela indigenista, pois considerava-se que os povos indígenas tinham direitos sobre seus territórios, no entanto, não tinham o direito de escolha nas formas pelas quais poderiam ocupar esses territórios. É válido ressaltar, mais uma vez, que esse tema é uma das bases para a escola de pensamento sobre o SPI. As pesquisas que orientam, como precursoras, a compreensão desses aspectos paradoxais são (OLIVEIRA, 1988) e (SOUZA LIMA, 1992).

A escrita tem um lugar de destaque no conjunto de materiais para os estudos das políticas indigenistas, caracterizando-se como um dispositivo de dominação. A prática de registrar e arquivar as atividades dessas políticas é hoje matéria tanto para os pesquisadores (que repensam a formação do Brasil e o papel social da ciência nesse processo) quanto para os agentes da política indígena que utilizam esses documentos em suas reivindicações. Em consonância com a noção de "escrita de Estado", formulada por Chartier (1990), este texto é fruto de leituras de algumas expedições de investigação sobre as condições das Unidades do SPI. Portanto, é importante fazer uma ressalva quanto à escrita dos agentes do SPI.

A noção escrita da tutela indigenista trata do esforço de discutir que tal escrita atendia aos campos administrativos, políticos e científicos, expressando o poder tutelar, bem como os conhecimentos e o hábitus indigenistas inseridos no processo de formação do Brasil, que transformaram territórios étnicos. Essa noção auxilia na discussão sobre o sistema classificatório do SPI, que, com base nas políticas indigenistas, se caracteriza na elaboração dos registros das atividades daquela agência.

Podemos identificar dois campos da escrita da tutela indigenista. O primeiro seria formado com divisões entre as áreas de Botânica, Zoologia, Sanitarista e Etnologia. Os registros eram a base para exposições no Museu Nacional, publicações no Boletim do mesmo Museu e também eram a base de exposições em congressos, realizados principalmente por Roquette-Pinto e Rondon, no tocante à Etnologia. Um exemplo é a obra "Os Índios do Brasil". O outro âmbito da escrita da tutela indigenista, que será abordado neste trabalho, diz respeito aos registros administrativos quanto à reorganização do SPI e à construção da Nona Inspetoria Regional.

A escola de pensamento sobre o SPI tem mostrado que, para pensar sobre o contato estabelecido pelo SPI, é interessante compreender os métodos, os critérios, o sistema de classificação que os agentes do SPI usavam para registrar essas atividades. Um exemplo para esse ponto da discussão é tratar mais especificamente das descrições sobre o contato estabelecido com os grupos mencionados no narrar Cassupá, entre eles estão Aikanã, Massaká e Salamãi[11].

Entretanto, antes de seguir para este ponto, trago uma leitura sobre o texto "Etnografia" produzido por Rondon a pedido do Instituto Brasileiro de Geografia e

[11] "[...] é necessário reconhecer a estreita imbricação, na escrita de Estado, entre o simbólico e o instrumental. A presença multiplicada ou monumental dos escritos é sempre, em si mesma, a marca de uma dominação para todos tornada visível [...]" (CHARTIER, 1990: p. 218).

Estatística, que compõe o tópico "Inquéritos Geográficos". Esse texto foi publicado em 1940 na Revista Brasileira de Geografia. Naquela oportunidade, Rondon apresentou suas concepções sobre os alcances da Etnografia, tendo como orientadores Comte, Lowie, Taylor e os irmãos Humboldt, ou seja, o evolucionismo. Os princípios desses autores citados por Rondon são:

> O mais sábio dos Filósofos [Augusto Comte] afirma: 'Quando o Positivismo houver saneado uniformemente o planeta humano, estas distinções orgânicas (de raças) tenderão a desaparecer, em virtude mesmo de sua origem natural, e sobretudo mediante dignos casamentos. A combinação crescente dessas raças nos proporcionará, sob a direção sistemática sacerdócio universal, o mais precioso de todos os aperfeiçoamentos, aquele que diz respeito ao conjunto de nossa constituição cerebral, assim tornada mais apta para pensar, agir, e mesmo amar'. (RONDON, 1940: p. 596).
> Robert Lowie em seu '*Manual de Antropologia Cultural*', livro atualizado, pelo qual melhor se pode conhecer o método moderno de pesquisas etnográficas faz considerações aliás já anteriormente admitidas por Tylor, sobre a época em que o homem começara a fabricar utensílios de uso indispensável a sua existência […]. (RONDON, 1940: p. 599).
> Com o grande etnólogo Tylor podemos incluir a vida humana, a grosso modo, em três grandes estados: selvagem, bárbaro e civilizado, caracterizando tipicamente a marcha da evolução de gênero humano. (RONDON, 1940: p. 599).

No primeiro trecho da citação são afirmações que lembram as argumentações da fundação do SPI, diz da busca pelo "aperfeiçoamento", as ideias de miscigenação[12]. Rondon parte da premissa que a Etnografia estava intrinsicamente ligada a Antropologia, e esta requeria atenção da Biologia, Sociologia e Moral, partindo da filosofia positivista Comtiana.

Em 1946 e 1953 Rondon organizou, em três volumes, o livro "*Índio do Brasil*". Os livros são formados pela reunião de várias expedições realizadas desde o início da Comissão das Linhas Telegráfica e Estratégica de Mato Grosso ao Amazonas (1890-1930) e seguindo com as atividades do SPI até aquele momento, portanto são registros de 50 anos. O primeiro volume "Do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso", o segundo "Cabeceiras do Xingu/Rio Araguaia e Oiapóque" e o terceiro intitulado "Norte do Rio Amazonas".

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI, organizando uma série de publicações de relatórios de expedições diversas, desde a Comissão Rondon e das atividades do SPI[13]. Sobre a rede de relações que viabilizou essas publicações Rondon disse:

> […] os álbuns fotográficos que ora nos foi permitido publicar, graças ao apoio do Governo e à decisiva opinião de órgãos administrativos que os examinaram antes e o julgaram merecedores desta divulgação, abrangem todos esses trabalhos, ininterruptamente, desde 1890 até 1938. Cabem aqui, a propósito, os nossos

[12] Sobre os temas eugenia e miscigenação Cf. (LIMA & HOCHMAN: 1996, 2004), (SANTOS: 2002, 2008) e (SEYFERTH: 1985, 2008).
[13] Sobre a construção do Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI ver (FREIRE, 1990).

> agradecimentos ao presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P), em boa hora criado e confiado à competência do Sr. Luiz Simões Lopes, bem assim às autoridades dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda; àquele presidente, principalmente, que, convidado pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, compareceu prontamente e decidiu empenhar seu incontestável prestígio administrativo para que se transformasse em simpática realidade a vibrante e esclarecida proposta do ilustre vice-presidente do C.N.P.I., Dr. Edgard Roquette-Pinto, quem primeiro aventara tal medida, por necessária e inadiável. (RONDON, 1946: p. 4).

No primeiro volume, sobre a região tratada nesta obra, encontram-se fotografias das etnias Massaká, Aikanã e Canoê, no tópico 'Tribos do Rio Gi-Paraná', escrito pelo Coronel Amilcar Armando Botelho de Magalhães, secretário do CNPI. Este capítulo apresenta algumas das características do trabalho:

> Das mais recentes pesquisas feitas por técnicos do Ministério da Agriculta, por ocasião de serem estudados os cascalhos auríferos da histórica mina de Urucumacuam, redescoberta pelo General Rondon em 1909, vieram para o nosso arquivo preciosas informações e fotografias colhidas, quer umas, quer outras, pelo engenheiro Dr. Victor Dequech, como documentação até então inédita, que ora podemos exibir, sobre a existência de vários grupos indígenas localizados na cabeceira Apidiá, principal do rio Pimenta Bueno. Ali foi assinalada a presença dos seguintes grupos: Quaiá, Capichanã, Quaiapüre, Canoê, Massacá e Salamãi. Destes três últimos colecionamos as vinte e quatro fotografias que são agora parte integrante do 1º vol. dos *Albuns Fotográficos*, assim distribuídas: a) Dos índios Massacá, vinte representando selvícolas de ambos os sexos, adultos e crianças, inclusive grupos numerosos, casais, uma mulher macróbia, um pagé [sic], um índio pintado para determinada solenidade tribal, outros entretidos com o jogo de bola a que Roosevelt chamou *head-ball* ou Zicutí dos Arití (Paricí); Dentre as já citadas genericamente, há uma que convém destacar e que representa o índio civilizado e alfabetizado Aucê aplicando injeções contra a gripe em indivíduos Massacá, na *maloca* deste grupo. b) Dos Salamãi, duas unicamente, a de um índio e a de um grupo de aborígenes. c) Dos Canoê apenas duas fotografias também um de um selvícola e outra dum grupo de que fez parte o Tenente Zack. (MAGALHÃES, AMILCAR. 1946: p. 124- 125).

Estes são alguns dos pontos destacados para dimensionar a escrita da tutela indigenista em Rondônia. Foi dada ênfase a um arcabouço de pesquisas relacionadas ao SPI e à Rondônia. Dessa forma, foram apontados aspectos da escola de pensamento sobre o SPI, do sistema de classificação do SPI e da escrita da tutela indigenista, com o objetivo de preparar uma problematização das políticas indigenistas na formação de Rondônia

O Rio Branco será o centro de atração do Amazonas, Relatório das atividades realizadas em 1944[14]

[14] Relatório da Inspetoria do estado do Amazonas e Território do Acre sobre as atividades do ano de 1944, elaborado por Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da Inspetoria, destinado ao Ministério da Agricultura no ano de 1945. NUBARQ/SPI. Microfilme 034_00551 a 034_00742.

Alberto Pizarro Jacobina escreveu um texto destinado ao Governador do Território, Capitão Ene Garcez dos Reis. O conteúdo do texto apresenta tons proféticos, termo utilizado pelo autor, sobre o futuro de Rio Branco. Trago um trecho do referido texto com o intuito de demonstrar aspectos do processo de formação de Roraima.

> "Quando forem devidamente aproveitados os seus campos, estabelecendo-se um sistema racional de criação de todos os gados; quando se patrocinas as indústrias ligadas a essa criação; quando se cuidar inteligentemente da policultura da região, cuja feracidade não destoa dos demais repastos trechos do amazonas e, sobretudo (pois a navegação não será capaz de grande transportes e a navegabilidade dos rios parece, não apenas mais demorada e dispendida senão também muito difícil) quando se fizer uma estrada de ferro que ligue Manaus a um porto de Mar no Atlântico através da Guiana Inglesa, então não somente o Rio Branco mas todo o Estado estará com a porta aberta para a abundancio e para o progresso".
> "O Rio Branco será o centro de atração do Amazonas. Em virtude da pequena viagem, tanto para Manaus como para o Atlântico pela Guiana, além das fazendas, hão de estabelecer-se, para o descanso, vilas e estancias de recreio, cuja encantadora perspectiva em poucos sítios do mundo encontrará".
> "O SPI pela sua inspetoria regional do Amazonas, envidará todos os seus esforços na íntima colaboração que lhe supre prestar ao Governo de V. Exª, e com o impressionável apoio de seu Governo haveremos de contribuir para que das modestas povoações indígenas venham a sair as grandes cidades do Rio Branco e que por elas encontrem os descendentes dos atuais e míseros selvícolas o conforto que a Terra fartamente prometer".

Nesse exercício, proponho discutir alguns dados da pesquisa que desenvolvo sobre a participação das políticas indigenistas na construção do Território Federal de Rio Branco. As políticas foram estabelecidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), responsável pela administração dos territórios tradicionais. Projetos como, por exemplo: "O Rio Branco será o centro de atração do Amazonas. Em virtude da pequena viagem, tanto para Manaus como para o Atlântico pela Guiana, além das fazendas, hão de estabelecer-se, para o descanso, vilas e estancias de recreio, cuja encantadora perspectiva em poucos sítios do mundo encontrará", são trechos do Relatório da Inspetoria do estado do Amazonas e Território do Acre – IR1, sobre as atividades do ano de 1944, elaborado por Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da Inspetoria do SPI, destinado ao governador do recém-criado Território Capitão Ene Garcez dos Reis.

Ao estudar a formação do Estado Nacional Brasileiro no período republicano, o poder tutelar (Souza Lima, 1992) é uma das chaves para compreender o sistema de classificação construído pelas políticas indigenistas que redefiniram, aos moldes ocidentais e colonizadores, a circulação dos povos indígenas, bem como os seus territórios. É nesse

processo de formação do Estado que a pesquisa aponta para as políticas de Formações de alteridades e estabelecimento de fronteiras. Nesse sentido, a tríade "ameaças, protegidos e protetores" foi construída com o intuito de descrever o sistema classificatório do SPI. Esses termos, na forma como os utilizo, não foram construídos pelos agentes. Eu os utilizo como recurso analítico.

As ameaças correspondem aos grupos que questionavam e denunciavam o SPI, os "donos" de castanhas, seringalistas, etc., que utilizavam a mão de obra indígena e os recursos naturais sem o aval da agência indigenista. O léxico proteção indica manter sob guarda, proteger algo ou alguém do perigo. Nesse sentido, a proteção exercitada pelo SPI era direcionada aos povos indígenas, os protegidos, seguindo a conveniência desta agência. O SPI, enquanto agência de política indigenista e representação de aparato do Estado, exercia tal proteção, e nesse ponto encontramos os protetores, aqueles agentes que eram especializados em índios, cujo conhecimento e prática advindos da atuação dentro do SPI legitimava suas intervenções.

No início da década de 1940, a primeira ordem de serviço da IR1 referia-se às demarcações de terras habitadas por índios. Essas atividades demandavam autoridades jurídicas e os conhecimentos dos agentes indigenistas. Com as práticas administrativas cotidianas das políticas indigenistas, foi construído um campo vasto de conhecimento sobre as ocupações territoriais, circulação de pessoas e matérias-primas.

CONCLUSÃO

Apresentei aqui os primeiros resultados da pesquisa, elucidando a complexa rede de ações governamentais e científicas, amalgamadas a um processo de formação de Estado, produtoras de alteridades e mudanças sociais que estruturaram em determinadas proposições a formação de Rondônia. Ciente das lacunas, é oportuno frisar os apontamentos que indico as novas pesquisas que desejarem enveredar por esta seara, e alguns dos caminhos que proponho continuar. Apontar que a participação do SPI na formação de Rondônia se deu pela mediação, executando dispositivos de autoridade da tutela indigenista, são os elementos centrais para compreender a ação das políticas indigenistas na formação de Rondônia e Roraima.

É importante considerar também a concepção de violência dentro do sistema de classificação do SPI. Na perspectiva da agência indigenista, as transformações promovidas não eram consideradas violentas. No entanto, as ocupações territoriais sem o aval do SPI eram vistas como ameaças. O mesmo acontecia com a força de trabalho indígena. Ao trabalhar nas atividades do SPI como parte de um programa de nacionalização, a agência indigenista considerava isso uma ação redentora, como uma dádiva. Por outro lado, se os indígenas trabalhavam para empresas sem a autorização do Serviço, isso era considerado exploração da mão de obra.

As concepções de "violência e não violência" executadas pelo SPI estavam ligadas à perspectiva evolucionista, onde os indígenas eram orientados a seguir o caminho da civilização. O fato de a agência indigenista não conceber suas políticas como promotoras de violência, apesar de ficar claro os elementos de dominação, demonstra mais um aspecto da complexidade de estudar essas práticas.

Denomino os elementos estruturais do Serviço de Proteção aos Índios com as categorias: *ameaças*, *protegidos* e *protetores*. Conforme foi apontado anteriormente, a escola de pensamento sobre SPI tem como base instituir o paradoxo das políticas indigenistas e desta forma questiona-se as dimensões do âmbito discursivo que regiam as normas e o âmbito do cotidiano com a prática ou o desvio de conduta por parte dos agentes indigenistas. Em todas as suas fases o SPI estava fundado na missão denominada como *proteção aos índios*, essa dita proteção ora ocorria com programas que visavam a sobrevivência física conforme apontou (SOUZA LIMA, 1985), ocorria também com a efetivação da incorporação do indígena a sociedade brasileira por meio da agricultura, e transformações nos usos dos recursos naturais e usos territoriais. No entanto, é necessário compreender de quais formas essas ações ocorriam e quem as realizava, pois ao passo que visavam mediar conflitos eram promovedoras dos mesmos.

Os índios, "os fetichistas", os tutelados eram os protegidos. Os protetores guiados pelo humanismo positivista tinham os quesitos contra as ameaças que vinham a galope, o progresso era eminente e a espação do capitalismo na América Latina causaria a extinção dos indígenas como afirmava os construtores do SPI e outros pensadores como Ribeiro (1962). A proteção poderia ser tão somente um esforço de preservação física (SOUZA LIMA, 1985) procurando minimizar os impactos do progresso. Ainda na categoria das

ameaças estão os "gananciosos", termos utilizados, pelos agentes do SPI, para descrever aqueles que exploravam a mão de obra e os territórios indígenas sem o aval do SPI.

Os materiais produzidos por Chauvin, Barroncas e Xerez, agentes do SPI, são exemplos da reflexividade da tutela indigenista. São produtos das atuações indigenistas que seguiam as normas e apontavam suas falhas, isto é, se as ações cumpriam a missão do Serviço bem como quais eram as ameaças específicas aos índios.

Ameaças, protegidos e protetores formam uma estrutura, a escrita dos agentes do SPI não utilizava essa nomenclatura. Utilizo essa ideia de estrutura para apontar o sistema de classificação utilizado pelos agentes do SPI, classificações que corroboraram para a efetivação de transformações territoriais, uma vez os atores considerados parceiros na proteção aos índios tinham aval do Serviço para realizar suas atividades comerciais correspondentes a cada região do país.

"THE COLLAPSE OF THE SPI" IN THE FORMATION OF THE BRAZILIAN AMAZON: COMPARISONS BETWEEN RONDÔNIA AND RORAIMA

ABSTRACT: This proposition aims to discuss, initially, the presence of indigenous policies established by the Indian Protection Service (SPI) in the formation process of Roraima and Rondônia. A dialogue is established between Social Anthropology and Historiography, and the reading is based on documents elaborated by indigenous agents. This material is located in the Library and Archive Center (NUBARQ) of the Indian Museum/FUNAI. To study the SPI's performance in these two regions, it is necessary to have clarity that the activities of the Regional Inspectorate of the state of Amazonas and the Territory of Acre administered the territories that correspond to the current states of Amazonas, Acre, Rondônia, and Roraima. The historical period under study is in the 1940s, taking into account the reforms carried out in the SPI and the construction of the Federal Territories. With this discussion, one of the central points is to describe how the knowledge built by indigenous activities had a participation in the formation of the territories recognized today as Roraima and Rondônia. Thus, the notion of "indigenous tutelage writing" is highlighted, a concept constructed with the intention of problematizing the construction of social cartography promoted by the SPI, as well as its classification system, designating indigenous populations with activities in which authority and power to manipulate territorial occupation were based on the policies of expanding borders in the formation of Brazil.

Keywords: Indigenous politics, Rondônia, Roraima; Indian Protection Service.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1993. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. (Tese de doutorado defendida no PPGAS/Museu Nacional).

_____. 2008a. *Antropologia dos archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas.

BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel.

_____. 2008. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo:

Edusp. CLAVAL, Paul. 2006. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed

da UFSC.

COSTA, Craveiro. 1940. *A conquista do deserto ocidental*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

CRAIG, Nevil B. 1947. *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Imprensa Nacional.

FERREIRA Paulo, Roberto Nunes & SIMÃO, Ceusnei 2012. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamãi, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. Volume 1. Diagnóstico Socioambietal Participativo. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco.

_____. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamãi, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. Volume 3 – Programas de Compensação Socioambiental. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco.

_____. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamãi, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. Volume 2 – mapas temáticos. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. 1987 *A Ferrovia do Diabo: história de uma estrada de Ferro na Amazônia*. São Paulo: Melhoramentos.

FONSECA, Dante Ribeiro & TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues Teixeira. 2002. *História Regional (Rondônia)*. Porto Velho: Rondoniana.

FONSECA, Dante Ribeiro. 2014. *Estudos de História da Amazônia*. Vol I. Porto Velho: Rondoniana.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Processo de identificação da Terra Indígena Tubarão/Latundê. /BSB/3503/76.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Processo de identificação da Terra Indígena Tubarão/Latundê./BSB/3781/78.

LEONEL, Mauro. 1996. Etnodicéia Uruéu-au-au. São Paulo: Edusp/IAMÁ/ FAPESP. MAUSS, Marcel. [1935] 2033. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

OTT, Ari Miguel Teixeira. 2002. *Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos:* o Planafloro em Rondônia. 2002. 177 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. 1910. "Ofício nº 54, de 10/02/1910". In: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: imprensa Nacional.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. 1935. *Rondônia*. 3 Ed. Biblioteca pedagogia brasileira, série V. Brasiliana, Vol. XXIX.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de Souza. 1995. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

TIMÓTEO DA CUNHA, Eliaquim. 2009. Cotidiano Familiar no Processo de Colonização em Rondônia: PIC Ouro Preto. *Primeira Versão* (UFRO), v. 27, p. 7-17.

_____. 2010. A construção do espaço em Ouro Preto do Oeste RO. *Revista Zona de Impacto*. ISSN 1982-9108, vol. 14, jan/jun, ano XII.

_____. 2012. *Indigenização da Mordernidade: os cassupá e as mudanças sociais induzidas*. In: 28 Reunião Brasileira de Antropologia.

_____. 2013. *Em busca da "vida de índio": notas sobre as reivindicações étnicas dos Cassupá em Porto Velho*. In: IV Reunião equatorial de antropologia e XIII reunião de antropólogos do norte nordeste.

_____. 2014a. *Em busca da "vida de índio": Um estudo sobre mudanças sociais pensadas pelo grupo Cassupá em Rondônia.* Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

_____. 2014b. *As máscaras do Estado: Indigenismo e governamentalidade na trajetória do grupo Cassupá em Rondônia*. In: 4 SBS Encontro Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2014, Boa Vista. Cadernos de Resumos. Boa Vista: EDUFRR, 2014. v. 1. p. 65-66.

_____. 2016. *Quando esse tal de SPI chegou: O Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.

TOMEI, Manuela & SEWPSTON, Lee. 1999. *Povos indígenas e tribais. Guia para a aplicação da convenção n 169 da OIT*. Brasília, OIT.